

DESENVOLVIMENTO

Governo vai investir em ciência e tecnologia

O governador Eduardo Leite anunciou ontem o programa Avançar na Inovação, com investimentos de R\$ 112,3 milhões em ciência e tecnologia no Estado. Os recursos vão contemplar a Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (Sict), a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs).

O evento foi realizado em formato híbrido e transmitido a partir do Instituto Caldeira, em Porto Alegre, com diversos reitores de universidades e representantes do setor de inovação na plateia. O anúncio também marcou o lançamento de editais.

O investimento na Sict prevê R\$ 43,26 milhões para o lançamento de editais dos programas Inovar RS, TechFuturo, TEC4B, Startup Lab e GameRS. Os editais, alguns já abertos, vão levar em consideração critérios como a qualidade da proposta, a compatibilidade com a realidade do setor e a viabilidade do projeto. A previsão é de que os resultados sejam divulgados ainda em



Luis Lamb

dezembro deste ano.

O GameRS prevê estimular o empreendedorismo no setor de jogos e a criação de laboratórios de referência, agregando valor às atividades que o RS tem trabalhado. Serão R\$ 2,48 milhões em editais entre 2021 e 2022. No TEC4B (tech for business, ou tecnologia para negócios),

o objetivo do edital de R\$ 4,2 milhões é a criação de ambientes de negócios para emprego de tecnologia em locais inovadores, em qualquer cadeia produtiva.

"A Fifa faturou mais em jogos (games) do que com futebol em 2020. Claro que tem a pandemia, mas dá para ter a ideia da pujança de um setor como esse", exemplificou o secretário da Sict, Luis Lamb ao justificar a importância do aporte na área.

Dividem, ainda, a fatia de investimentos para a Sict os programas TechFuturo (R\$ 20,6 milhões), o Inovar RS (com R\$ 12 milhões em editais de projetos) e o Startup Lab (R\$ 1,38 milhão em editais em 2022).

Na Fapergs, os R\$ 54 milhões preveem a modernização da infraestrutura física e tecnológica da instituição. O montante será dividido em aportes para inovação em clusters tecnológicos (R\$ 24 milhões) e em redes inovadoras de tecnologias estratégicas (R\$ 30 milhões), que são formadas por grupos de pesquisa em parceria com empresas. Serão até 15 redes inovadoras, segundo Lamb.

Operação apura indícios de venda de sentença no TJRS

O Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal (PF) realizam, ontem, operação em investigação que apura indícios de corrupção e venda de sentença por um integrante do Tribunal de Justiça (TJ) do Rio Grande do Sul.

Conforme nota da Procuradoria-Geral da República (PGR), três investigados são alvo de mandados de busca e apreensão autorizados pela ministra Laurita Vaz, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Houve buscas na casa e no gabinete de Trindade.

O pedido do MPF registra que

"indícios de provas a respeito do comércio de decisões do Tribunal de Justiça são consistentes e diversificados, apresentando conexão com investigações da Operação Barbeiro, que tramitou na 3ª Vara Criminal da Comarca de Venâncio Aires".

A PRG informou que o caso é sigiloso e, por isso, não pode dar mais detalhes no momento. Já o TJ gaúcho afirmou que foi surpreendido com a ação e se manifestou por meio de nota: "O Tribunal de Justiça do RS não foi comunicado sobre a referida operação".



MPF e PF apura indícios de corrupção e venda de sentença no Estado

Incertezas rondam cenário econômico

Após um primeiro semestre de recuperação da economia gaúcha, com números positivos na safra agrícola e avanço na vacinação e redução do isolamento social decorrente da pandemia do coronavírus, as perspectivas para o Rio Grande do Sul para o próximo período seguem cercadas de incertezas. O cenário nacional, com inflação alta, aumento dos juros e efeitos da crise energética, surge com fatores que colaboram para o

quadro de indefinição.

Análise do Boletim de Conjuntura, divulgado ontem pelo Departamento de Economia e Estatística, vinculado à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (DEE/SPGG), leva em conta indicativos globais e os dados mais recentes sobre o desempenho da indústria, das vendas no comércio, dos serviços e também a evolução da arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e

Serviços (ICMS), principal fonte de receita do governo estadual.

O documento de análise conjuntural produzido pelos pesquisadores Vanessa Sulzbach, Fernando Cruz, Martinho Lazzari e Tomás Torezani ressalta também o baixo peso da agropecuária na economia gaúcha no terceiro trimestre do ano - após forte recuperação no primeiro semestre -, as dificuldades do setor industrial - que tem apresentado desaceleração nos últimos meses - e a trajetória de recuperação nos segmentos de serviços e comércio.

"As perspectivas para a economia do Rio Grande do Sul são heterogêneas e cercadas de incertezas. A vacinação, o retorno gradual de atividades e a retomada da produção da GM são pontos positivos, contudo a pressão inflacionária, o alto custo de transporte interno e externo, e risco de recrudescimento da pandemia e de crise energética são contrapesos importantes à continuidade da recuperação", avalia Vanessa, coordenadora do estudo.

Eduardo Leite sanciona lei para aderir RRF

Mais uma etapa para a adesão do Rio Grande do Sul ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) foi cumprida. Ontem, o governador Eduardo Leite sancionou o Projeto de Lei Complementar (PLC) 246/2021, que faz mais uma adequação à legislação federal para permitir que o Estado avance no acordo com a União. No mesmo ato, realizado no Palácio Piratini, o governador sancionou Projeto de Lei (PL) 212/2021, que reajusta em 8,23% o valor do vale-refeição concedido aos servidores estaduais ativos.

Aprovado pela Assembleia Legislativa há duas semanas, o PLC 246/2021 é mais um esforço do Executivo e do Legislativo para avançar no processo após as mudanças que ocorreram na lei federal do RRF neste ano. O texto também atende ao Decreto Federal 10.681, de 20 de abril de 2021, em linha com a orientação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sobre a padronização da legislação aprovada pelos Estados que desejam aderir

ao RRF.

"O caminho que escolhemos é o de enfrentamento dos desafios, e ao mesmo tempo, o que melhor economicamente atende às necessidades do nosso Estado. O Rio Grande do Sul deseja cumprir com seus compromissos. Precisa voltar a pagar a dívida com a União, precisa estar em dia com suas obrigações para que possa olhar para o futuro com confiança e ter a possibilidade de fazer investimentos que são necessários, não a curto prazo, mas a longo prazo. Então, se não continuarmos numa linha de responsabilidade fiscal, buscando manter o equilíbrio, o Estado voltará a ter dificuldades financeiras a médio prazo", destacou o governador.

A adesão ao RRF, segundo o governo, é a oportunidade de o Estado retomar gradualmente o pagamento da dívida com a União, conforme possibilidade de caixa, além da garantia de não ter de pagar de forma repentina a dívida, cujo pagamento está suspenso por força de liminar.

MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2021 – OBJETO: Registro de preços para aquisição de insumos, medicamentos e produtos diversos para a Escola Fazenda. ABERTURA: 15/10/21 às 09h00min. Informações pelo telefone (55) 3331-8219 ou no site www.ijui.rs.gov.br, no link "Licitações – Pregão Presencial".

AVISO DE ADIAMENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2021 – OBJETO: Chamamento público para o credenciamento de clínicas ou hospitais veterinários para a realização de serviços de castração cirúrgica e inserção de microchip em cães e gatos de pequeno, médio e grande porte. PERÍODO DE CREDENCIAMENTO: 24/09/21 à 23/09/22. O Município de Ijuí – Poder Executivo informa o ADIAMENTO SINE DIE do processo em epígrafe. Um novo edital será publicado em momento oportuno.

Ijuí/RS, 30 de setembro de 2021.

Andrei Cossetin Sczmanski
Prefeito